

– Breve análise de 2014

Com uma nova contração da procura interna, a economia portuguesa concluiu em 2014 o plano de assistência e de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos negociado com a Troika, processo que implicou a adoção de medidas de consolidação orçamental, na sequência do qual temos enfrentado uma forte redução do consumo e aumento do desemprego.

O enquadramento internacional também não foi favorável, marcado por uma relativa estagnação da atividade económica europeia e um possível cenário de deflação.

De resto, a conjuntura foi fortemente influenciada por alguns fatores que condicionaram a evolução da indústria dos alimentos compostos para animais: as condições climáticas favoráveis e o colapso dos preços do petróleo no final do ano, com impacto favorável nos preços das matérias-primas, o abrandamento da economia mundial, e o embargo russo, como aspetos negativos.

A informação disponível dos principais indicadores económicos sugere que se poderá estar a iniciar um processo gradual de recuperação económica. No entanto, esta evolução ocorre num contexto de grande incerteza sobre o futuro da economia, a continuidade na redução da dívida pública, condições de acesso ao crédito restritivas e de uma relativa deterioração no mercado de trabalho, designadamente os custos do trabalho suplementar que penalizam a competitividade das empresas.

De acordo com os elementos do Banco de Portugal, deveremos assistir a um crescimento do PIB de 0.9% em 2014, devido à melhoria do consumo privado, apesar do abrandamento das exportações. Face ao trimestre anterior, o nível da atividade económica aumentou ligeiramente no terceiro trimestre de 2014 (0.2%), após variações de -0,4% e 0,3% no primeiro e segundo trimestres, respetivamente. Verificou-se também uma recuperação continuada da confiança dos consumidores ao longo de 2014, tendo permanecido consistentemente em valores superiores à média dos últimos anos.

Prevê-se uma melhoria do crescimento económico para 2015, de 1.5%, o que configura um crescimento médio ligeiramente superior ao esperado para a zona euro.

Apesar do desempenho positivo do setor agrícola e do agroalimentar, designadamente ao nível do emprego e das exportações, e da Agricultura se encontrar no centro da agenda política e das prioridades do Governo, na indústria da alimentação animal, pelo contrário, não se registaram melhorias relativamente ao ano anterior, com os últimos 4 anos a serem bastante críticos para a atividade das nossas empresas.

Consequência da retração do consumo de produtos animais e de dificuldades acrescidas no setor pecuário, com preços de matérias-primas marcados pela incerteza e volatilidade, a produção de alimentos compostos para animais deverá ter registado uma tendência de quebra, entre 1 a 2%, sobretudo devido à retração da produção dos alimentos para aves e “outros animais”, uma vez que os bovinos e suínos estiveram relativamente em alta, apesar de uma relativa desaceleração no final do ano.

Contrariamente ao que aconteceu em 2013, o comportamento dos preços das principais matérias-primas foi globalmente mais favorável, em particular durante o segundo semestre de 2014, designadamente ao nível dos cereais, pelo aumento da oferta e reconstituição de stocks no mercado mundial. Quanto às oleaginosas, com destaque para a soja, apesar da tendência de quebra comparativamente ao ano anterior, o mercado português confrontou-se com uma escassez física de matéria-prima, com a Indústria a ter de suportar custos acrescidos de aprovisionamento, uma situação que começa a ser recorrente e para a qual a IACA tem vindo a chamar a atenção e denunciado, quer ao Governo, quer aos importadores. Os preços de aminoácidos como a metionina registaram igualmente aumentos significativos, pelo que o problema da proteína assume uma importância estratégica no mercado, sendo urgente encontrar alternativas.

No entanto, se os custos da alimentação animal foram relativamente mais favoráveis que no ano anterior, os preços da generalidade das produções animais estiveram em quebra, sobretudo no sector das aves e suínos, estes últimos a sofrerem fortemente o impacto do embargo russo às exportações de carne com origem na União Europeia.

Deste modo, assistimos a uma degradação das margens e a um esforço acrescido no sentido de se encontrarem alternativas de exportação da parte dos principais operadores europeus, solicitando-se à Comissão Europeia medidas urgentes de apoio ao mercado.

Ainda com dificuldades no acesso ao crédito, prazos de recebimentos dilatados, uma pecuária profundamente descapitalizada, com efetivos em acentuada redução, a Indústria viveu mais um ano particularmente complexo e muito difícil, demonstrando, apesar de tudo, uma grande capacidade de resiliência.

Durante o ano de 2014, de uma forma isolada ou em conjunto com outras organizações, designadamente ao nível da Plataforma da Fileira Pecuária e Agroalimentar, a IACA manteve um diálogo aberto e permanente com o Governo, no âmbito do Ministério da Agricultura, e muito em concreto com a Secretaria de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar, o GPP (Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral) e a DGAV (Direção Geral de Alimentação e Veterinária), que compreenderam os problemas e partilharam os nossos pontos de vista mas que nem sempre contribuíram para a sua resolução.

Uma vez que a qualidade é essencial para garantir a segurança dos nossos produtos, lançámos as bases de discussão do QUALIACA, com a constituição de um Grupo de Trabalho específico que definiu o projeto, para ser lançado em 2014 e que mereceu o apoio dos nossos Associados na sequência de reuniões específicas e numa Assembleia Geral que realizámos em abril para o efeito. Infelizmente, devido a razões políticas, não foi ainda possível concretizarmos esta iniciativa, prevista no âmbito de um Protocolo definido inicialmente entre a IACA e a DGAV.

No entanto, importa referir que o mesmo deu importantes passos e aguarda-se apenas a decisão final da parte da Secretaria de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar para que possa ser implementado um projeto tripartido, em que colaboram como parceiros da IACA, a DGAV e a ACICO, como associação representativa dos importadores de matérias-primas.

A concretizar-se, este será um passo histórico para a IACA, que tem vindo a lutar por estes objetivos desde há alguns anos. O projeto original foi sofrendo algumas alterações, quer para se adaptar à realidade do mercado e interesses dos diferentes atores, quer para ter um cariz prático e ser economicamente exequível.

Ainda no âmbito daquela Secretaria de Estado, tiveram lugar algumas reuniões no quadro do Grupo de Trabalho para a Desburocratização com o objetivo de simplificar procedimentos, designadamente ao nível do licenciamento de explorações pecuárias (REAP), relações com o Ambiente e redução dos custos e maior agilização dos certificados de exportação.

A juntar às preocupações habituais, demos destaque à necessidade de aprovação de novas variedades geneticamente modificadas, dossier que tem vindo a ser adiado pela Comissão Europeia e que pode pôr em causa o fornecimento de matérias-primas de países como os EUA, Brasil ou Argentina, os quais se encontram já a produzir estes eventos mais resistentes e/ou mais produtivos, mas que ainda não estão aprovados na União Europeia.

Antes do final do verão, enviámos diversas exposições ao então Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, sobre a problemática dos OGM, pugnando por uma nova política de aprovação de eventos na União Europeia, uma vez que são criadas limitações em termos de aprovisionamento de algumas matérias-primas. Este assunto foi adiado com a entrada da nova Comissão, liderada pelo Presidente Juncker, que pretende abrir um novo debate sobre o tema, antes de uma tomada de decisão sobre novas aprovações. O Governo Português tem defendido os nossos argumentos mas existe um manifesto bloqueio da parte de alguns Estados-membros importantes nos processos de decisão em Bruxelas.

Atenta às questões do aprovisionamento e ao problema da volatilidade dos mercados, a IACA tem procurado apoios internos e externos, consolidando posições quer com associações de outros Estados-membros, nomeadamente a espanhola CESFAC, quer com reuniões com empresas de biotecnologia através de representações nacionais, quer internacionais, quer nas reuniões regionais e noutros eventos, como o que decorreu em dezembro de 2014 em Lisboa, com a colaboração da USSEC.

No quadro da Contratação Coletiva de Trabalho, prosseguiu a negociação de uma nova Convenção, tendo em vista a harmonização dos Contratos para o Pessoal Fabril, num quadro de simplificação que seja mais favorável para a competitividade da Indústria e aplicando, tanto quanto possível, a Lei geral. No entanto, dadas as divergências entre as Associações (IACA, APIM e ANIA) e os Sindicatos, não foi possível chegar a acordo, perspetivando-se a denúncia dos Contratos e o conseqüente pedido de caducidade.

Acompanhámos ainda dossiers importantes como as negociações dos acordos comerciais da União Europeia com outros blocos (Mercosul, Ucrânia, Canadá e Estados Unidos), bem como a revisão das Diretivas MiFid (mercados financeiros e derivados) e RED (energias renováveis e biocombustíveis).

Os aspetos ligados à qualidade (aflatoxinas, outras micotoxinas e dioxinas) e sustentabilidade foram igualmente temas em destaque, bem como questões ligadas aos aditivos como a reautorização de aditivos e o estatuto das preparações, entre outras. Acompanhámos processos de revisão legislativa (produção biológica, aproveitamento dos desperdícios de géneros alimentícios para a alimentação animal, “Food Law”, higiene dos alimentos para animais, dioxinas, aditivos, alimentos medicamentos e substâncias médico-veterinárias), bem como dossiers relativos ao transporte ADR e o problema da classificação das pré-misturas como substâncias perigosas, a rotulagem e tolerâncias admissíveis e a utilização de subprodutos de origem animal, nomeadamente, óleos e gorduras.

Ainda no plano europeu, para além da representação nacional na FEFAC, nos seus diferentes Órgãos (Praesidium, Conselho e Comitês), assegurámos a representação da indústria europeia no Grupo Consultivo dos Cereais, Oleaginosas e Proteaginosas que se passará a designar como Grupo de Diálogo Civil “Culturas Arvenses”, no quadro de uma reestruturação dos grupos de consulta da DG AGRI.

Em conclusão, **o ano ficou marcado por cinco aspetos fundamentais** que condicionaram a nossa atividade

- A continuada volatilidade dos preços das principais matérias-primas para a alimentação animal
- A deficiente qualidade de algumas matérias-primas - problema que tem sido colocado com alguma frequência pelos nossos associados e que constitui um fenómeno recorrente - em particular ao nível do milho importado, bem como algumas restrições de fornecimento em determinadas épocas do ano, com destaque para as oleaginosas
- A posição dominante das cadeias de distribuição com as conseqüências, para todo o tecido empresarial, decorrentes das gravosas práticas comerciais e da crescente penetração das marcas brancas, apesar da entrada em vigor da nova legislação e do trabalho desenvolvido pela PARCA
- A incapacidade das empresas refletirem as variações dos custos (matérias-primas, energia, combustíveis) ao longo da cadeia e junto do consumidor final
- O impacto negativo do embargo russo que contribuiu para a degradação das margens em alguns setores da produção animal

II – Ações previstas para 2015

Na sequência da iniciativa “Peço Português” e da participação da IACA em inúmeras Conferências e fóruns de discussão, as nossas mensagens e preocupações têm sido compreendidas e partilhadas pelo Governo, em particular pelos responsáveis do Ministério da

Agricultura e do Mar e incorporadas nos principais objetivos do futuro Programa de Desenvolvimento Rural, pelo que existem algumas perspetivas positivas para 2015, pelo menos ao nível do discurso político em termos da importância da atividade pecuária para o desenvolvimento do Mundo Rural e para a economia nacional.

A monitorização da nova PAC e o seu impacto para a Indústria, com o fim das quotas leiteiras e as ajudas ligadas à pecuária a serem motivos de grande apreensão, o novo Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014/2020 (Portugal 2020) e as preocupações quanto ao normal aprovisionamento de matérias-primas (quantidade, qualidade e parametrização), que assegure a competitividade da nossa Indústria, serão os grandes desafios que temos pela frente.

No entanto, para além dos mercados – matérias-primas e produções animais - existem outros temas que acompanharemos e que estão discriminados nas iniciativas para o próximo ano.

Convém ainda não esquecer que 2015 vai ser ano de eleições em Portugal, o que pode adiar a resolução de problemas estruturais, sem a qual dificilmente se poderão antever melhorias a médio prazo no sentido de invertermos as tendências atuais.

Por outro lado, ao nível da União Europeia, a nova Comissão irá reestruturar algumas Direções-Gerais como é o caso da DG SANCO que vai passar a designar-se DG SANTE, com os consumidores a saírem das competências da nova estrutura, exigindo-se que esta possa ter uma unidade de nutrição animal forte e de acordo com a importância da alimentação animal na cadeia alimentar. Outra das exigências solicitadas pela FEFAC e que conta com o apoio da IACA, é que o dossier da higiene possa ser incluído na nova unidade, separado da higiene relativa à alimentação humana, pelas especificidades da alimentação animal.

Fortemente preocupados com a conjuntura atual e tendo como grande objetivo a promoção da produção agropecuária nacional e o consumo de produtos de origem animal junto dos consumidores – reduzindo a nossa dependência externa - os principais objetivos da IACA passam pela consolidação e reforço da atividade de representação da Indústria, centrados nos seguintes eixos:

1. Reforçar e agilizar a ligação entre a IACA e os seus associados, ao nível dos contactos diretos (Grupos de Trabalho com técnicos das empresas associadas, para acompanhar dossiers relevantes para o Sector e preparar posições junto das autoridades nacionais e em Bruxelas), da informação disponibilizada (IS, Revista “Alimentação Animal”, Notas de Conjuntura, INFO IACA, Notas Semanais, Circulares, website, simplificação da consulta da legislação) e na resolução de problemas que se colocam a cada empresa, bem como no âmbito das Reuniões Regionais da Indústria.

Daremos continuidade ao Programa de visitas às fábricas, para um melhor conhecimento dos problemas e das expectativas das empresas associadas, com uma melhor comunicação e difusão destas reuniões através da Revista “Alimentação Animal”. Procuraremos ainda abordar com mais frequência as empresas com vista a perceber que dificuldades e constrangimentos se deparam, por forma a dirigirmos mais cirurgicamente a nossa ação.

2. Reforço da Cooperação com as autoridades oficiais, designadamente os Ministérios da Agricultura e do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território, da Economia e Emprego, mais concretamente com o GPP e a DGAV que acompanham os principais temas com impacto para o nosso Sector. No quadro da investigação e desenvolvimento, serão privilegiados os contactos com o INIAV (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária), e Universidades no sentido de fazer a ponte entre a investigação e as empresas.

3. Reforço da articulação entre a IACA e as organizações a montante e a jusante do nosso Sector, quer ao nível das Associações agrícolas (ANPOC e ANPROMIS), de comerciantes e importadores (ACICO), quer pecuárias (representantes dos sectores das carnes, do leite e dos ovos) e da FIPA, consolidando a relação de Fileiras e criando maior lobby e “massa crítica” junto

das autoridades nacionais e internacionais na defesa dos interesses comuns: a defesa da produção nacional e do Mundo Rural, o equilíbrio no relacionamento com as cadeias de distribuição, a promoção da alimentação animal, da produção pecuária e do consumo de produtos de origem nacional.

4. Consolidar a imagem da IACA e as suas posições no plano internacional, em particular junto da FEFAC e da FoodDrinkEurope - potenciando a representação da Indústria em determinados fóruns e em Grupos Consultivos ao nível da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu - e da opinião pública, através dos meios de informação e do meio académico e universitário, intervindo em Jornadas, *workshops*, Seminários e Conferências.

5. Para além do reforço no quadro da indústria de alimentos compostos para animais e das pré-misturas, a abertura da IACA a novas atividades bem como a consequente alteração dos Estatutos, reforçando o peso e o papel da Instituição como parceiro e a sua capacidade de intervenção na Sociedade será uma prioridade para 2015.

Para atingir estes objetivos, o Plano de Ação contempla um conjunto de iniciativas, das quais destacamos as seguintes

- Realização de eventos ao longo do ano, designadamente uma maior aposta nas Reuniões Gerais da Indústria e nas Reuniões Regionais, mantendo o modelo de convites a representantes das autoridades oficiais a acompanhar os trabalhos, de forma a compreenderem melhor as nossas posições
- Face ao sucesso das três edições anteriores, realizaremos as IV Jornadas de Alimentação Animal, uma iniciativa que pretendemos que se possa consolidar como uma referência anual
- Presença da IACA nos fóruns nacionais e internacionais a que está ligada, designadamente no âmbito da FIPA, GPP, DGAV, Ambiente, FEFAC, FoodDrinkEurope e Comissão Europeia (DG AGRI, DG SANTE) e contactos ao nível da REPER, Parlamento Europeu e a Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República. Extinguido o Grupo sobre a Reforma PAC da FEFAC, que coordenámos durante estes últimos anos de revisão da Política Agrícola, manteremos a vice-presidência do Comité “Alimentos Compostos” e a representação no Grupo de Diálogo Civil “Culturas Arvenses” (DG AGRI/Comissão Europeia), bem como a coordenação do Grupo PARE (Política Agrícola e Relações Externas) da FIPA. Para além da presença nos Comités específicos da FEFAC, e da representação no Conselho, a IACA terá uma participação muito ativa no Praesidium, Conselho e no Comité Diretor da nossa organização europeia
- Criação de Grupos de Trabalho “*ad-hoc*” para a discussão de dossiers importantes para o futuro do Sector, em estreita ligação com a FEFAC, tendo em conta os interesses nacionais
- Implementação do Projeto QUALIACA relativo ao controlo da qualidade das matérias-primas, reforçando o compromisso ao nível da segurança alimentar dos nossos produtos
- Denúncia e pedido de caducidade dos Contratos Coletivos de Trabalho em vigor e negociação de novos CCT
- Acompanhamento do processo legislativo relativo à aprovação de organismos geneticamente modificados, quer para importação, quer para cultivo
- Atualização do “Código de Boas Práticas para os Industriais de Pré-Misturas e de Alimentos Compostos para Animais destinados à Produção de Géneros Alimentícios
- Elaboração de um guia de rotulagem de alimentos compostos para animais
- Elaboração de um “Manual para o controlo das principais substâncias indesejáveis e proibidas na alimentação animal”, em conjunto com a DGAV
- Negociação de um protocolo com as autoridades para o estabelecimento de tolerâncias analíticas admissíveis para os oligoelementos utilizados na alimentação animal
- Monitorização da implementação do Reg. (UE) nº 225/2012 e revisão desta legislação (dioxinas)
- Acompanhamento da revisão da legislação sobre os alimentos medicamentosos, substâncias médico-veterinárias e controlos oficiais
- Reforço da amostra estatística da IACA e colaboração com a DGAV no sentido da melhoria da informação disponibilizada ao setor da alimentação animal, designadamente

- a publicação das produções de alimentos compostos, aditivos e pré-misturas com base nas declarações anuais das empresas (obrigatórias)
- Dinamização de uma secção de perguntas e respostas sobre alimentação animal, rotulagem, utilização de aditivos, no site da IACA
 - Elaboração de uma secção sobre aditivos legalmente permitidos em alimentação animal no site da IACA, com atualizações regulares
 - Colaboração com outras organizações da Fileira Agroalimentar no sentido de resolver os principais problemas e estrangulamentos no relacionamento produção/indústria/distribuição, tendo em vista assegurar uma relação equilibrada com a grande distribuição alimentar, prosseguindo e consolidando o trabalho desenvolvido no quadro da FIPA, enquanto legítimo representante da indústria agroalimentar na PARCA
 - Implementação e dinamização da FILPORC – Associação Interprofissional da Fileira da Carne de Porco (organização conjunta da IACA, FPAS e APIC) e participação em projetos ligados a outros sectores, como por exemplo à cunicultura, em estreita ligação com a ASPOC, a associação representativa do sector, com quem temos vindo a estabelecer parcerias
 - Colaboração no PANRUAA – Plano de Ação Nacional para a Redução do Uso de Antibióticos nos Animais
 - Participação na Rede Inovar, e nos Grupos Operacionais do INIAV (efluentes pecuários e proteaginosas), no sentido de valorizar e divulgar a inovação e a investigação criando mais-valia e conhecimento para os seus associados.

Em termos económicos, apesar de muitos portugueses começarem a acreditar no fim da crise, os dados já conhecidos no quadro do Orçamento de Estado para 2015 apontam para um crescimento do PIB de 1.1%, uma melhoria do consumo privado e uma taxa de desemprego que ainda se deverá situar em níveis elevados, da ordem dos 13%. No entanto, com os cortes previsíveis ao nível dos salários, com consequências no rendimento das famílias e no poder de compra, sem uma inversão significativa ao nível do investimento, perspectiva-se um próximo ano ainda muito difícil.

Atenta às dificuldades que têm caracterizado a evolução da indústria de alimentos compostos para animais, a nova Direção da IACA está consciente das dificuldades e das exigências, tendo como principal objetivo a aposta continua e reforçada nas parcerias e na dinâmica da nossa organização, alargando a sua base de apoio e a sua capacidade de intervenção, quer na Fileira, quer junto dos responsáveis e políticos e da Administração Pública.

Na certeza de que, pelo seu historial, somos uma organização credível e respeitada, quer pelos parceiros, quer pelas autoridades, Vontade, Ambição, Coerência, Coesão da Indústria e Sustentabilidade da IACA serão o nosso fio condutor que suportarão as grandes orientações estratégicas no médio e longo prazo.

Sempre na defesa dos legítimos interesses dos nossos Associados.